



PARECER PRÉVIO Nº 52/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10903/2015.

Apensos: Processo nº 12595/2019, 11598/2014 e 12548/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Jaziel Nunes de Alencar (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Raimundo Edson Torres Lima - OAB/AM 8732.

7- Unidade Técnica: Dicop e Dicami.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 389/2023-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manacapuru. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas do Sr. Jaziel Nunes de Alencar, referente à Prefeitura Municipal de Manacapuru, exercício 2014.

Vencido o voto do Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior que votou pela desaprovação das contas, determinações, ciência e arquivamento dos autos.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de maio de 2023.



PARECER PRÉVIO Nº 52/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado e Redator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

Procuradora-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 52/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10903/2015.

Apensos: Processo nº 12595/2019, 11598/2014 e 12548/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Jaziel Nunes de Alencar (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Raimundo Edson Torres Lima - OAB/AM 8732.

7- Unidade Técnica: Dicop e Dicami.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 389/2023-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manacapuru. Exercício de 2014.

Determinação. Ofício. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar à Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX que adote as medidas necessárias para a autuação de processo autônomo para fins de análise das impropriedades inerentes a atos de gestão detectadas pelas Unidades Técnicas (DICOP e DICAMI) conforme Informação n. 425/2022-DICOP e Informação Conclusiva n. 210/2022-DICAMI (exceto achados n. 5, subitens “b” e “g”, e 10);

10.2. Oficiar à Câmara Municipal de Manacapuru para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial quanto ao prazo de **60 dias** para julgar as contas do **Sr. Jaziel Nunes de Alencar**, a contar da data da publicação do parecer prévio desta Corte no Diário Oficial;



ACÓRDÃO Nº 52/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

10.3. Dar ciência do desfecho dos autos ao Sr. Jaziel Nunes de Alencar.

- 11- Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 2 de maio de 2023.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado e Redator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição